

Programa de Governo 2025 -2028

“Campinas de todas as Pessoas: cuidar das pessoas, da vida e da natureza”



A realidade, os sonhos e os desafios

Vivemos um mundo que naturalizou as agressões ao clima, as diversas opressões, as muitas violências, a exclusão e a desigualdade sociais, e retirada de protagonismo das cidades como espaço do bem-viver. Enfrentar esta realidade exige mobilização e ações globais, mas também, efetivas ações de contracultura que mobilizem uma consciência social que nenhuma das agressões e violências são naturais ou desejáveis.

A constituição ou reconstituição do protagonismo das cidades e dos arranjos institucionais e o empoderamento social, é elemento decisivo desta tarefa inadiável para a sobrevivência do mundo.

Vivemos nas cidades e é nestas que podemos construir junto com cidadãs e cidadãos a possibilidade de uma transição ecológica capaz de assegurar a saúde do planeta, a manutenção dos biomas e para superar a crise climática ao buscar novas formas de consumir e novas formas de produção.

O território municipal não é meramente um conjunto de lotes e glebas transformado pelo mercado imobiliário em mercadoria. O território municipal é o lugar onde a vida acontece, onde os ecossistemas naturais se desenvolvem e onde as pessoas constroem suas vidas, estabelecendo relações de pertencimento — as territorialidades.

Mais que nunca é necessário edificar cidades com mais centralidades para que as pessoas vivam em regiões mais autossuficientes, que permitam ampliar a mobilidade ativa e o reconhecimento dos patrimônios natural e cultural, materiais e imateriais de modo a valorizar a diversidade cultural e as múltiplas identidades dos grupos sociais associados aos territórios o que permite potencializar a economia solidária criativa relacionada ao patrimônio e a cultura.

O desenvolvimento de políticas públicas transversais promove a convivência entre pessoas, ampliando a interlocução do poder público com os cidadãos em espaços locais comunitários. Estas políticas públicas podem constituir caminhos de superação das agressões ao clima, das diversas opressões, das várias violências, da exclusão e da desigualdade social, construir uma nova cultura inclusiva mobilizada pela ideia de que o bem viver deve ser uma possibilidade para todas as pessoas.

A participação popular e social é elemento central do empoderamento social e do estabelecimento do espaço democrático e publicamente visível de manifestação de posições e propostas existentes pelo município, em suas várias comunidades e seus diversos espaços de organização e de representação democrática.

Empodera os territórios, para que localmente as pessoas identifiquem suas dificuldades e problemas e possam construir, em conjunto com o poder público, soluções que melhorem permanentemente a qualidade local, sem criar zonas de ruído e conflitos de vizinhança.

Passado o flagelo da pandemia e a ameaça de golpe e retrocesso autoritário no País em 8 de janeiro de 2023, a nova conjuntura nos oferece a possibilidade real de reconstruir políticas públicas, cuidar da população e investir para que a metrópole campineira seja ainda melhor e orgulho de todas as pessoas independente da sua condição social.

No último período, o Governo Lula retomou os programas sociais maltratados nos governos anteriores, destinou para Campinas mais de 1 bilhão de reais para unidades da saúde, maternidade e espaço esportivo, compra de 512 ônibus para renovação da frota, água e saneamento, além das novas unidades do programa “minha casa, minha vida”.

Enquanto isso, a população segue com problemas antigos não resolvidos nos doze anos de permanência dos atuais governantes do município. Além da lentidão na entrega de obras e projetos, a incompetência e as escolhas erradas deixaram a população desassistida, em especial, na saúde e velhos problemas de infraestrutura e insegurança social tem se agravado.

Diversas gerações dos governos populares passaram primeiro pela constituição e definição de políticas e inversão de prioridades, depois pela fase do desenvolvimento local – especialmente durante os governos neoliberais no País – e, mais recentemente, a do desenvolvimento local sustentável, combinando desenvolvimento ambiental, social e econômico com inclusão social no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento voltado à justiça social e à consolidação da democracia.

A situação política presente indica, em grande medida um retorno às origens, marcada pela gestão e implantação das políticas públicas com uma necessária inversão de prioridades. Mais que antes, os destinatários principais das nossas políticas devem ser os trabalhadores – formais e informais – e a população em situação de vulnerabilidade social.

A emergência da transição ecológica e a crise climática que o mundo e o Brasil mergulharam deve durar por um bom tempo e produzir reflexos sociais e econômicos, pressupõem uma nova gênese da forma de governar Campinas.

Toda a crise traz o embrião da oportunidade. Aqui, como no resto do mundo, a maioria da população desperta para a realidade: como não percebíamos tudo isso antes? As crises econômicas e climáticas foram acobertadas pela ilusão do enriquecimento fácil de poucos, pela atração de fortunas de investidores e “parceiros” a Campinas – que pouco vieram – enquanto alguns ficam cada vez mais ricos à custa do empobrecimento da maioria da população e dos desastres climáticos.

A crise ambiental é mascarada por irrisórias compensações dos empreendimentos que derrubam matas e cerrados nativos, exaurem nascentes e cursos d’água, comprometem a qualidade de vida e a saúde do povo e quase nada constroem de bens sociais.

Com base nessa nova realidade e seus desafios a Coligação Mudança de Verdade – PT, PC do B, PV, PSOL, Rede Sustentabilidade e UP – apresenta a seguir suas propostas para Campinas para os próximos quatro anos de governo.

Campinas é incrível, moderna, inovadora e de vanguarda. Forte e resistente, se reinventa. Com seu clima de interior e potência de metrópole é uma das cidades mais importantes do Brasil.

Mas, nos últimos anos, nossa gente e nossa cidade foram esquecidas e abandonadas.

Há muitos temas sobre os quais é necessário refletir e ter propostas a apresentar à população campineira. A construção programática participativa pressupõe o debate franco e aberto, na busca da síntese coletiva necessária ao enfrentamento dos desafios do próximo período.

A Campinas que queremos surge dos sonhos e esperanças das trabalhadoras e dos trabalhadores, dos movimentos sociais que aqui se organizam, da reflexão crítica e criativa desenvolvida em nossas universidades e institutos.

A Campinas das tradições libertárias da luta das mulheres, de negros e das negras, das periferias urbanas e do espaço rural que se levantam por igualdade e participação. A Campinas que queremos é parte do Brasil que queremos, do mundo que queremos, e vamos construí-la embalada pelos nossos ideais socialistas, feministas, antirracistas, libertários e democráticos.

Em Campinas e na região metropolitana se concentram meios materiais e imateriais que podem permitir uma saída mais rápida das crises e a construção de rumos que apontem para transformações sociais mais estruturais e permanentes.

Campinas pode ser novamente um espaço de inovação de políticas públicas universais e democráticas, nascidas da participação popular e do controle social, campo de uma nova parceria entre os poderes públicos e a vontade consciente de uma sociedade local que dará uma guinada radical nas relações sociais de opressão, discriminação e violência que marcam o momento presente.

Um novo governo que cuida das pessoas, da vida e da natureza é possível e necessário!

A Campinas que queremos nascerá de um programa ousado, de caráter democrático e popular, de transformações econômicas e sociais, de reformas que redefinam a administração municipal e as políticas públicas. Um programa de políticas transversais, que proponha uma inversão radical de prioridades para promover a igualdade social.

A Campinas que queremos contará com uma administração pública disposta a garantir a dignidade da população. A gestão atual é inimiga dos serviços públicos, envidando todos os esforços a entregar ao setor privado os seus deveres. Fortalecer o serviço público e os profissionais que estão à frente da execução deste projeto é um dos nossos compromissos. Nosso modo de governar existe para inverter o eixo do poder público local para os interesses da maioria da população.

Enfrentaremos a desigualdade de gênero. A maioria da população é de mulheres, as mais atingidas, sobretudo as mulheres negras periféricas, pela desigualdade social. Campinas deve ser território livre do machismo, da misoginia, da LGBTQIAPN+fobia, da violência de gênero, da violência doméstica, da exclusão social das mulheres, com um compromisso claro com diversidade e a promoção da igualdade em todas as dimensões das políticas públicas.

A Campinas que queremos enfrentará seu passado escravista com a força de um governo identificado com a luta antirracista. É entre negras e negros, especialmente, entre as mulheres negras e entre jovens negras e negros, que se verificam os piores indicadores sociais, de desemprego, de desalento, de violência, inclusive policial, na cidade.

O racismo estrutural será enfrentado com políticas claras de igualdade racial e com o estudo de impacto de promoção de igualdade racial em cada política pública e decisão de governo, para uma cidade antirracista e inclusiva.

A cidade plural e de todas as gerações pode e deve reconhecer a diversidade e aplicar as políticas transversais da infância e adolescência, das juventudes, das pessoas com deficiência, idosas e idosos, mulheres, LGBTQIAPN+, combate ao racismo e acolher e cuidar das pessoas em situação de rua.

Campinas pode liderar um esforço nacional de transição ecológica para a sociedade do século XXI que se coloca para o País, pelos imensos recursos econômicos, tecnológicos e científicos de que dispomos, pela força de trabalho de nossa classe trabalhadora, pela preservação ambiental que ainda conseguimos manter em nosso território.

Campinas promoverá um amplo debate sobre um novo modelo de desenvolvimento para nossa cidade e região metropolitana, apoiando o desenvolvimento de atividades econômicas de baixa emissão de carbono, promovendo mecanismos tributários para induzir esse novo modelo de desenvolvimento e revendo o nosso plano diretor para promover um equilíbrio sustentável entre o urbano e o rural em nosso território e a atividade econômica.

A crise da indústria e a ênfase em serviços privados na economia de nossa cidade e região abrem espaço para uma intervenção pública no debate sobre a reconversão econômica de nossas matrizes. Propiciam a introdução de políticas públicas visando esse novo ciclo – no tratamento dos resíduos sólidos, na universalização de nosso sistema de esgotamento sanitário, na promoção da agricultura agroecológica, na proteção da fauna e da flora de nossa mata atlântica, no desenvolvimento da pesquisa e tecnologia dos setores essenciais ao futuro do planeta e da sociedade humana.

A Campinas que sonhamos é uma cidade em que possamos viver e conviver em segurança e cooperação, em partilha e solidariedade. Um espaço urbano saudável e com qualidade de vida para pessoas com deficiência, mulheres, crianças, juventudes, pessoas idosas, daqueles que estão em situação de rua, enfim, para todas e para todos.

Isso se traduz em políticas concretas para diminuição das imensas desigualdades sociais nos bolsões de miséria que convivem com nossa cidade tão rica, para a descentralização dos serviços públicos e do orçamento para novas centralidades que diminuam as distâncias e a necessidade de horas de transporte diário para que as pessoas e famílias trabalhem, acessem escolas e creches, tenham garantida segurança alimentar e nutricional, cultura e lazer.

Trabalho, renda, saúde e educação serão prioridades nos objetivos das políticas públicas pós-pandemia, que exigirão um olhar decisivo do poder público sobre a promoção da economia solidária, o apoio aos microempreendedores individuais e pequenas e médias empresas, a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Reforma urbana e rural, com participação de toda a comunidade, serão objeto de uma ousada intervenção no território, nos marcos dos dispositivos legais previstos no estatuto das cidades, para a promoção da vida digna na metrópole em que Campinas se transformou.

Enfrentar os desafios aqui propostos exigirá coragem para confrontar interesses poderosos e entranhados em todos os níveis do Poder Público e das instituições do Estado em nossa cidade. A Campinas que queremos não ressurgirá de uma ação institucional isolada, mas de um amplo processo de organização e participação popular, da construção de força social capaz de impulsionar as mudanças e enfrentar as resistências a esse processo transformador.

Visando à expressão da vontade popular, o aumento da transparência e do controle social e o fortalecimento de uma esfera pública não estatal com a qual vamos dialogar, resgataremos as experiências bem sucedidas do legado de participação social, a rede de conselhos locais, setoriais e municipais, as vibrantes conferências municipais, o Orçamento Participativo, o Planejamento Participativo e o Congresso da Cidade e mais, ampliaremos as formas de participação social com o uso de novas plataformas e redes sociais inclusivas e públicas, com as quais o governo democrático e popular construirá consensos e força política para a mudança urgente que Campinas precisa.

A participação popular começa já!

A participação começa já na elaboração participativa do Programa de Governo da Coligação Mudança de Verdade para o mandato 2025-2028. Sonhar e elaborar juntos para tornar a Campinas que queremos uma realidade.

As 20 plenárias regionais presenciais realizadas nos territórios da cidade indicaram os problemas e demandas localizadas que precisam ingressar nas prioridades e no programa de governo para os próximos quatro anos. Cerca de mil pessoas se juntaram nos 22 grupos temáticos para diagnosticar a realidade, identificar problemas, desafios e elaborar as propostas para o período 2025 a 2028.

Este processo juntou pessoas com grande diversidade profissional, cultural, religiosa, étnica, de gênero e orientação sexual, o que demonstra que os complexos problemas da cidade exigem propostas ousadas, mas, principalmente, a firme disposição política de enfrentá-los com unidade, para melhorar a vida da maioria das pessoas!

Este rico processo democrático produziu até o momento o Programa de Governo 2025–2028: “Campinas de todas as Pessoas: cuidar das pessoas, da vida e da natureza”, que abrange a síntese dos 13 compromissos com a vida; e cadernos temáticos que serão lançados em breve.

Este programa de governo segue em movimento, sendo lugar de todas as pessoas que gostam e se preocupam com a nossa cidade e está aberto ao debate e à complementação de ideias e propostas. Todo mundo mesmo. Sem exceção. Aqui você tem voz, tem vez.

Venha mudar de verdade e construir a Campinas que cuida das pessoas da vida e da natureza.

Pedro Tourinho e Edilene Santana

Compromissos Programáticos de Governo para o período 2025–2028

*“Campinas é um celeiro de ideias que ajudou a se-
mear políticas no país todo. Um monte de ideias que se tor-
naram políticas de defesa da vida nasceu aqui.”*

Pedro Tourinho

O programa de governo para o período 2025–2028: “Campinas de todas as Pessoas: cuidar das pessoas, da vida e da natureza” baseia-se na contextualização, nos princípios e nas diretrizes que apresentamos acima e está estruturado em eixos, temas e propostas, tendo por base os diagnósticos das diversas áreas. A ampla produção de propostas para o próximo período permitiu a produção de uma síntese que compõe o capítulo “13 compromissos: cuidar das pessoas, da vida e da natureza”.

A especialização neoburocrática – demonstrou-se incapaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI – deve dar lugar a novo desenho institucional. Isso implica a existência de mais democracia, interdisciplinaridade e horizontalidade na gestão, bem como, o entendimento que a elaboração e o fazer coletivo são muito mais efetivos e eficazes que a simples somatória das capacidades individuais. Trata-se, portanto, de revalorizar a política e democratizar a democracia.

Campinas não pode mais improvisar soluções e repetir práticas ultrapassadas. Para superar os problemas complexos de uma metrópole do século XXI, deve fazer diferente e utilizar as mais avançadas e democráticas técnicas de planejamento.

Há um reconhecimento nacional quanto à inteligência presente nas universidades e nos centros de pesquisa da cidade, mas todo esse conhecimento precisa, também, ser colocado a serviço amplo do conjunto da população campineira e do futuro da metrópole. O conhecimento, a criatividade e o planejamento público estão no cerne de nosso programa de governo, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de todos, especialmente daqueles que se encontram na base da pirâmide social.

Passamos a apresentar os 13 compromissos seguidos dos estudos de situação e propostas de cada uma das áreas temáticas que compõem a Administração Municipal. A gestão municipal envolve atuação em quase todas as áreas de conhecimento e constitui uma grande complexidade que necessita de abordagem interdisciplinar e sistêmica.

Recuperar a cidade é obra de todas as forças políticas e sociais de Campinas. Um governo que se coloque esse objetivo só será bem sucedido se radicalizar todo o processo de participação democrática na gestão dos assuntos municipais.

13 compromissos para cuidar das pessoas, da vida e da natureza

É exatamente no sentido de impedir o aprofundamento das desigualdades e superação da crise climática que assola o país e a nossa querida Campinas, onde vivemos, amamos, formamos amigadas e criamos nossos filhos e filhas, que apresentamos estes 13 Compromissos, estabelecendo novas formas democráticas na relação do povo com a Administração Municipal que, ao identificar e perceber tais desigualdades, oferece condições reais de superá-las, porque apenas na igualdade entre as pessoas se realiza plenamente a democracia.

A prefeitura e seus recursos devem estar à disposição de toda a população!

I – Saúde que Acolhe e Cuida das Pessoas

A eficácia das políticas públicas se revela no cotidiano dos territórios, onde as pessoas moram e as ações de inclusão social, saúde, cidadania e cultura deveriam convergir sinergicamente para promover um bem viver solidário. Em Campinas, uma das cidades mais ricas e desenvolvidas do Brasil, ocupando a 10ª posição em termos de Produto Interno Bruto (PIB) entre todos os municípios

brasileiros, segundo dados do IBGE de 2021, essa convergência é essencial para enfrentar as profundas desigualdades presentes na cidade.

Campinas destaca-se por sua alta qualidade de vida, com um IDH de 0,816. No entanto, é uma cidade muito desigual. Aproximadamente 330 mil pessoas, cerca de 30% da população, vivem sem rendimento registrado. As disparidades raciais são evidentes, com pretos e pardos representando 39,3% da população total, mas 54% dos mais vulneráveis. Essas desigualdades refletem-se de forma acentuada na saúde.

A saúde em Campinas passa por um processo de desmonte que faz com que a população não tenha respostas ao seu sofrimento e diminui a credibilidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Há um processo acelerado de privatização e com a criação da Rede Mário Gatti, uma separação nociva entre serviços da Rede de Urgência e outros serviços criando duas secretarias que pouco se falam.

Há 4 macroproblemas e situações inaceitáveis, para os quais iremos "Pra Cima": acesso restrito e pouco acolhimento: dificuldades e demora para consultas, exames e cirurgias eletivas; falta de leitos gerais e para cuidados paliativos; insuficiências para o atendimento domiciliar; desintegração dos serviços de saúde: falta de integração entre Centros de Saúde, Rede de Atenção em Saúde Mental, as UPA, Policlínicas/Ambulatórios de Especialidades e Hospitais; terceirização e descaso com os trabalhadores da saúde: precarização do trabalho e falta de valorização dos profissionais comprometem a qualidade dos serviços prestados; falta de humanização e burocracia excessiva: dificuldades em agendar consultas, falta de informações claras, longas filas e burocracia impedem o acesso adequado aos serviços.

Saúde humanizada é resultado de políticas públicas que garantam investimentos para capacitação e qualidade de trabalho para os profissionais na área, atualização dos equipamentos e atenção continuada à população, em todas as etapas da vida.

Apesar do crescimento da cidade e do envelhecimento da população, a Saúde de Campinas tem, hoje, 13% menos funcionários do que tinha em 2016. Isso explica, em grande medida, a demora no atendimento e as filas nas unidades da rede. Campinas conta com uma rede de saúde, formada por profissionais de ponta, que têm deixado a cidade por melhores salários e condições de trabalho. Por isso, é urgente que seja retomada a capacitação dos profissionais, com garantia de progressão na carreira e melhorando, além dos salários, as condições de trabalho. Esses profissionais merecem ter uma carreira que os valorize e que os mantenha na cidade.

Não podemos admitir que em uma cidade do porte de Campinas ainda existam centros de saúde marcando consultas uma vez por mês e que tenha filas de seis horas ou mais nos prontos-socorros. Outro dado alarmante é que a cobertura na Saúde da Família, um programa essencial na atenção

básica, está atualmente abaixo de 40%. Temos que tratar os resquícios da pandemia que devem nos afetar por mais tempo e, paralelo a isso, reorganizar a rede pública.

As propostas para enfrentar estes macroproblemas estão organizadas em quatro eixos principais: ampliar e facilitar o acesso trazendo a Saúde para mais perto de você; valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde: cuidando de quem cuida; gestão integrada eficaz e responsável do SUS–Campinas; e, SUS e a Cidade do Bem Viver.

Nosso objetivo é construir um sistema de saúde mais resolutivo, equitativo e humanizado, garantindo acesso equânime e personalizado ao SUS para todos os cidadãos de Campinas. Queremos uma saúde próxima das pessoas, que possam acessar com facilidade sempre que sentirem necessidade. Vamos ampliar as unidades da atenção básica, criar unidades de atenção especializada nos territórios, ampliar a capacidade de leitos e a resolutividade dos serviços de urgência e emergência.

Em todos os cantos da cidade as pessoas não aguentam mais as filas, as horas e dias de espera por atendimento e a falta de cuidado com a saúde do povo. Acabar com as filas e o longo tempo de espera para consultas, especialistas, exames e cirurgias exige rever a rede, seu funcionamento e mais profissionais.

O governo atual falhou!!! É preciso mudança de verdade.

A saúde tem pressa, SUS sem filas é necessário!

Com Pedro e Edilene a fila anda!

II – Cidade da Educação Integral

Educação é um direito social inalienável, sendo o instrumento fundamental tanto para formação plena do cidadão como para o exercício de sua liberdade. A educação tem o papel de construir o respeito à diversidade, às especificidades e às diferenças, assim como o de buscar os ideais de igualdade e cidadania plena, independente de idade, raça, etnia, sexo, orientação sexual e origem social, reafirmando a laicidade do Estado.

O fortalecimento da gestão democrática ampla e plural, como princípio do Estado de Direito, permite reconhecer as múltiplas diferenças, valorizando as diferentes vozes, experiências, estéticas, necessidades e propostas, bem como suas múltiplas dimensões culturais, religiosas, étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+, de pessoas com deficiência, entre outras.

A demanda não atendida de Educação Infantil em 2024 é de 2.346 crianças [1.363 no AGI (0 a 1 ano e 6 meses) e 983 no AG II (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)]. **A maior parte está concentrada nas áreas mais vulneráveis** [38,58% na região sul, seguida pelas regiões noroeste (22,89%) e sudoeste (20,80%)]. Contraditoriamente as vagas das 16 novas creches são desproporcionais à demanda e no

caso da região sul atendem apenas 42% da demanda oficial de AG I e II mesmo considerando o problema atual de deslocamento de crianças por falta de vaga perto de casa. **Ademais mais da metade (53,44%) das crianças da Educação Infantil da Rede Pública estão em tempo parcial, ou seja, 19.253 estão em vagas de tempo parcial.**

Hoje há 137 escolas da rede + 25 escolas "Nave mãe" + 16 escolas "espaço do amanhã" (escolas novas), totalizando 178 centros de educação infantil que se somados às 44 conveniadas totalizam 222. Como a opção do atual governo é que as novas escolas sejam cogeridas, a rede de educação infantil terá 85 unidades (38% do total) com gestão do terceiro setor o que cerceia as possibilidades de adoção de padrão de qualidade e laicidade da rede.

No ensino fundamental a rede municipal tem apenas 15,44% das matrículas [16,5% nos anos iniciais] e [14,01% nos anos finais]. A participação do estado ainda é majoritária, mas vem perdendo terreno para a escola particular. Nos quatro anos observados (2020 a 2023) **há uma queda importante das matrículas nos anos finais indicando um sério problema de evasão ou desistência** [16.210 pessoas em 2023] e mesmo que parte seja absorvida pelo ensino técnico, há um problema grave a tratar.

Das 42 escolas municipais com ensino fundamental regular apenas 8 [19%] atuam em tempo integral. A melhor taxa de matrícula por tempo integral nos anos iniciais [17,39%] é do município, mas deixa 9.879 crianças ainda em tempo parcial, já no caso dos anos finais a melhor taxa é do estado com 10.141 alunos [31,01%] contra 900 [11,45%] do município, deixando 6.957 no tempo parcial.

Em suma, o **município participa pouco da demanda de Ensino Fundamental, atendendo apenas 15% das matrículas (19.816 de 128.350) e destas recebe apenas 15% no tempo integral, deixando 16.836 no tempo parcial.** Esta realidade somada à Educação Infantil resulta que **há mais de 36 mil crianças campineiras que estão se acesso à Educação Integral o que demonstra que a regra atual é a do atendimento parcial.**

Esta situação precisa mudar.

Com Pedro e Edilene a regra passa a ser Educação Integral de Qualidade!!

A realidade impõe especial atenção à garantia do acesso à educação pública municipal: na educação infantil, considerando a criação de vagas públicas, com gestão pública e em período integral, visando ao atendimento da demanda medida e reprimida, observada a localização territorial da demanda; no ensino fundamental a universalização da educação integral na rede municipal e, principalmente nos anos iniciais, será necessário planejar a ampliação de vagas, visando ao atendimento da demanda crescente e o aumento da procura da escola pública.

Na Educação de Jovens e Adultos há uma baixa procura, mas uma demanda oculta estimada em mais de milhares de munícipes, o que implica políticas de busca ativa e oferta pela FUMEC e outras

unidades formadoras de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, constituindo um sistema público de educação para os trabalhadores, por meio das redes públicas federais, estaduais e municipais e, no Ensino Técnico e Profissional. O CEPROCAMP tem o desafio de reconstituir sua pujança e ampliar a oferta de vagas para esta importante área de formação.

Isso exige: a adequação física da rede para recebimento da demanda; a incorporação gradativa das unidades públicas de educação infantil com gestão privada para a rede pública municipal, seguindo um planejamento estruturado que garanta os direitos dos alunos e a qualidade do atendimento quando da retomada dos equipamentos públicos; a admissão dos profissionais necessários à reposição da força de trabalho e ao atendimento da ampliação prevista; e a Implantação do CAQ (custo aluno qualidade).

Educação para a diversidade – antirracista e feminista – e a transição ecológica e o uso de tecnologias assistivas completam este compromisso com a construção de uma cidade educadora.

III – Tarifa Zero e Mobilidade Segura

Um plano de intervenções no sistema viário (redesenho do traçado do sistema viário coma perspectiva de construção de uma cidade policêntrica conectada por corredores) tem que contemplar as necessidades da circulação pela mobilidade ativa (pedestres, cadeirantes, ciclistas) dos usuários do transporte público e da dinâmica econômica que prescinde de uma reorganização completa do planejamento da distribuição da carga urbana na cidade. Esse é o ponto de partida para a transformação estrutural do deslocamento no município e RMC.

Em Campinas, a mobilidade urbana deve ser reestruturada com justiça e eficiência na aplicação das medidas político sociais, ambientais e econômicas com o objetivo de destinar a ocupação do sistema viário público para o uso coletivo compartilhado com justiça e, não mais direcionado a atender os interesses de uma minoria.

O transporte público é um direito social, incluído na Constituição desde 2015.

É dever do poder público promovê-lo com qualidade e garantia de acesso a todas os moradores da cidade, independente da sua condição social ou financeira. A Tarifa Zero é, antes de tudo, a ampliação de acesso das pessoas ao próprio transporte, como também aos outros direitos sociais (educação, saúde, cultura, esporte e serviços essenciais como: delegacias, prefeitura, trabalho, INSS, mercados).

A proposta da Tarifa Zero decorre deste princípio!

A idade média da frota é mais que o dobro do estabelecido em contrato e metade dos ônibus não poderia mais estar rodando. **Quebras dos ônibus, atraso nas viagens e descumprimento dos horários obrigatórios prejudicam a população. O transporte é caro e não presta.**

É urgente um sistema de Transporte Público eficiente e ágil que não faça o povo perder tempo e saúde!

Os governantes atuais que estão lá há 12 anos, prometeram BRT e ônibus novos, disse que ia aumentar e modernizar com ar condicionado e conexão com a internet. O cronograma era de 3 anos, completaram-se sete anos e não há previsão objetiva de conclusão. Até agora entregou transporte pior e sucatas.

O governo atual falhou!!! É preciso mudança de verdade.

Transporte de qualidade, seguro, abrangente e com tarifa zero é uma meta a ser conquistada para que, junto com uma mobilidade urbana saudável e integrada, o direito à cidade seja plenamente realizado.

A Tarifa Zero será atingida pela gestão pública do transporte coletivo, com participação popular e controle social, com a implantação do bilhete único mensal sem limites, com a progressão das gratuidades seletivas até que a meta de isenção da tarifa seja possível.

Ademais será necessário fortalecer a EMDEC como empresa pública e modernizá-la. A necessária licitação de concessão do transporte público municipal, que há anos não é realizada, será feita garantindo a substituição progressiva da matriz energética da frota municipal e será adotada uma Rede Cicloviária com integração com transporte público e com o estímulo às diversas modalidades de mobilidade ativa.

São prioridades concluir os corredores de ônibus e criar ligações perimetrais circulares que possibilitem o transporte interbairros, além da promoção de uma mobilidade segura, com a reordenação do sistema de distribuição de carga urbana. A ampliação da acessibilidade urbana, garantirá o pleno direito de ir e vir das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

IV – O melhor da cidade próximo de você

O território municipal não é meramente um conjunto de lotes e glebas transformado em mercadoria. O território municipal é o lugar onde a vida acontece, onde os ecossistemas naturais se desenvolvem e onde as pessoas constroem suas vidas, estabelecendo relações de pertencimento - as territorialidades.

Campinas é grande e pode ser melhor: temos cerca de 10% da população da cidade de São Paulo e metade do território físico. É necessário pensar e estruturar nossa cidade com mais centralidades, e proteção e manutenção do território rural, para que as pessoas vivam em regiões autossuficientes, que permitam ampliar a mobilidade ativa além do reconhecimento dos patrimônios natural e cultural, materiais e imateriais, que valorizam a diversidade cultural e as múltiplas identidades dos grupos sociais em seus próprios territórios.

É possível e desejável que o melhor da cidade esteja a 20 minutos de casa!

Estruturar espaços em que no raio de 1,5 km a 5 km de casa encontramos infraestrutura cuidada, emprego, comércio, serviços, praças, parques, esportes, lazer, equipamentos públicos de educação, saúde, assistência e cultura, moradia digna e acessível. Ao mesmo tempo há que proteger e manter os territórios rurais e estimular as suas vocações. Isso é possível e promove qualidade de vida.

O desenvolvimento de políticas públicas transversais promove a convivência entre pessoas, ampliando a interlocução do poder público com os cidadãos e cidadãs em espaços locais comunitários. O processo participativo viabiliza o espaço democrático e publicamente visível de manifestação de posições e propostas existentes pelo município, em suas várias comunidades e seus diversos espaços de organização e de representação democrática.

V – Cidade viva que cuida da natureza

A Transição Ecológica é um eixo estruturante do modo de governar, entendido como um processo estratégico voltado para uma economia justa, que promova o respeito a todas as formas de vida e para a garantia da vida humana com qualidade, integrando políticas públicas que prezam pela soberania e proteção dos bens naturais. É base para a promoção de transformações na sociedade, com vistas à distribuição de renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania e a um mundo multipolar.

Assim, é preciso: construir a Agenda Ambiental Municipal em consonância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODS]; municipalizar o controle e a fiscalização dos serviços de manejo e tratamento de resíduos e instituir o plano municipal de gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos com coleta seletiva solidária e inclusiva de acordo com as políticas nacional e estadual do setor, implantando usinas de reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, de construção civil, óleos e orgânicos articulados com o programa de coleta seletiva solidária e inclusiva.

Serão criadas políticas de incentivo ao corredor ecológico entre as APAs Municipais e a Mata Santa Genebra, preservando áreas vegetadas e de uso rural nas divisas do município, de forma a evitar a conurbação onde ela ainda não ocorreu e identificar áreas de interesse ambiental para criação de novas unidades de conservação municipais.

Promoveremos, nas áreas de proteção ambiental (APA) de Campinas, a produção orgânica de alimentos agroecológicos e sistemas agroflorestais com direito ao PSA (pagamento de serviços ambientais) e à certificação participativa da produção orgânica, agregando valor aos produtos.

Campinas tem as tarifas de saneamento altas, transformadas, na prática, em tributos indiretos que engordam os cofres municipais e penalizam especialmente a classe trabalhadora e os pequenos negócios da cidade. Água a preço socialmente justo é um direito de todos e uma obrigação da gestão pública. Água não é mercadoria, seu acesso pleno é um compromisso com a vida.

Fortaleceremos a SANASA como empresa pública para ampliar ações que visem à sustentabilidade socioambiental do saneamento. As tarifas serão reduzidas com aplicação diferenciada e com o estabelecimento de descontos progressivos, além da tarifa social, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

A segurança hídrica e garantia de abastecimento exigirão: suspender qualquer ação relacionada à viabilização da construção de barragem em Sousas ou em qualquer região da APA; propor, junto ao Comitê PCJ, estudos de viabilidade para conversão da represa de Americana em reservatório regional visando à segurança hídrica de toda a região; aumentar a segurança hídrica a partir de novas tecnologias, com a ampliação da oferta de água de reuso para fins industriais, na utilização sustentável das águas subterrâneas e na redução de perdas, principalmente a partir da substituição das antigas redes de distribuição; e estimular a produção de água por meio de programas de recuperação de nascentes, de matas ciliares e políticas de pagamento por serviços ambientais.

O cuidado com animais domésticos e silvestres que habitam nossas casas e o território campineiro, é parte essencial do conceito de cidade viva que cuida da natureza. Este plano visa preencher uma lacuna importante no conhecimento da população animal e na assistência veterinária em Campinas, oferecendo serviços acessíveis e de qualidade para animais de estimação de famílias de baixa renda e contribuindo para a saúde e bem-estar dos animais na cidade.

VI – Campinas Inclusiva e sem fome

A pobreza e a fome continua sendo um flagelo e de superá-los continua sendo um dos maiores desafios estratégicos. Em junho de 2024 há 140 mil famílias inscritas no Cadastro Único Federal (327.530 pessoas), ou seja, 30% da população campineira carece de atenção.

Reestruturar o combalido Sistema de Assistência Social em Campinas será nossa prioridade. Com um SUAS Campinas fortalecido e presente nos territórios e seus programas abrem-se as condições para superação desses problemas.

O poder público deve ter como prioridade a garantia de acesso ao alimento saudável para todas e todos, valendo-se para isso do fomento à produção sustentável de alimentos em toda a sua área rural. Campinas tem como colher esse sonho!

Promoveremos condições e infraestruturas adequadas à permanência de agricultores e moradores (com ênfase à população jovem) no meio rural, garantindo a manutenção públicas das áreas e acessos, rede integrada de abastecimento alimentar, fortalecendo a CEASA, mercado público e equipamentos de segurança alimentar nos territórios, apoiando a organização e iniciativas de coletivos e circuitos de consumo locais. A estratégia será o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, entre elas os circuitos curtos de comercialização, ações articuladas que permitem implementar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da cidade, na forma definida na Conferência Municipal.

A gestão do Programa Municipal de Alimentação Escolar deverá ficar a cargo da Prefeitura Municipal por meio de Comissão Gestora do Programa Municipal de Alimentação Escolar, cabendo seu gerenciamento à Secretaria Municipal de Educação e, à CEASA/Campinas a operacionalização do Programa, garantindo uma alimentação nutricionalmente adequada e de qualidade. Vamos utilizar o poder de compra municipal para promover a articulação entre empregabilidade, geração de renda, agroecologia e comercialização de orgânicos, potencializando as cooperativas e as comunidades rurais.

VII – Moradia digna é Vida

As condições precárias de habitação determinam, em grande medida, o futuro de seus habitantes. Nas políticas de gestão urbana, o poder público deve ter como prioridade a viabilização permanente do direito à moradia digna. A casa é abrigo da vida, com dignidade e segurança.

Para tanto devemos promover a estruturação de um banco de terras para habitação de interesse social, ampliar a oferta de novas unidades habitacionais, garantir que áreas públicas e áreas privadas que não estejam cumprindo sua função social sejam usadas para produzir moradias para famílias de baixa renda.

Será definida ampla política de regularização fundiária de interesse social, utilizando os recursos oriundos das contrapartidas e compensações da regularização fundiária de interesse específico para viabilizar a regularização de assentamentos populares e de interesse social, além do Programa de Assistência Técnica Habitacional para o atendimento de famílias de baixa renda cujos domicílios necessitam de melhorias habitacionais.

VIII – Gerando Trabalho e Renda

Atividades econômicas são meios para garantir vida digna para todas e todos e devem estar sempre subordinadas as demandas e aos fins coletivos. A gestão econômica solidária tem como meta promover partilhas coletivas e não acúmulos individuais e setoriais. Uma cidade só é economicamente forte quando é para todos.

A situação da pobreza no Brasil – e particularmente em Campinas – ainda é muito grande. O município tem a responsabilidade de agir para mudar esse quadro, seja estimulando a criação de empregos, inovação e investimento, seja por meio de atuações mais diretas capazes de mobilizar amplos segmentos produtivos da população da cidade.

Campinas contempla 63.974 microempresas e 13.135 empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, além dos mais de 94,6 mil microempreendedores individuais. Os MEI são caracterizados por trabalhadores de baixa e média renda, concentrados em comércio e serviço, muito dependentes da dinâmica própria de atividade econômica da cidade.

Moeda Social para fazer Campinas uma cidade melhor e mais justa. As moedas sociais, já experimentadas em diversos municípios ao redor do mundo e no Brasil, constituem um instrumento criativo e eficaz para potencializar as políticas públicas municipais e induzir o desenvolvimento local, dinamizando a atividade econômica, especialmente os pequenos negócios, gerando oportunidades de trabalho e de renda.

A ideia é tão simples quanto inovadora: uma parte do orçamento municipal, em reais, veste uma camisa com um nome específico (em Campinas será escolhido pela população). A moeda social só poderá circular dentro dos limites da cidade. Desta maneira, a cada vez que a prefeitura gastar um desses reais, vestido de moeda social, estará não só ajudando esses segmentos específicos, como incentivará que esse dinheiro permaneça circulando entre diferentes setores da economia campineira, alimentando um efeito multiplicador que impulsiona a economia, o trabalho e a renda.

Para fazer Campinas uma cidade melhor e mais justa é necessária a criação dessa moeda junto com o Banco Popular de Campinas e do Programa Municipal de Renda Básica. Iniciativas como a adoção do programa “Pézinho de Meia” e do Bolsa Trabalho para jovens alimentarão a economia local, potencializando pequenos negócios. Estímulos como a tributação verde e linhas específicas de crédito e programas de apoio institucional ou financeiro potencializam os pequenos negócios que sejam também ambientalmente responsáveis.

O uso adequado do poder econômico das compras públicas, da oferta de crédito aos pequenos negócios, o estímulo à economia e às trocas criativas quando associados a um estruturado programa municipal de investimentos e geração de trabalho e renda, contribuem decisivamente para um ciclo de reativação econômica que Campinas tanto precisa e merece.

O programa de investimentos será, ao mesmo tempo, articulado, incisivo e amplo. Articulado, por dialogar transversalmente com as áreas que buscam solucionar os problemas de Campinas, bem como por ser coerente com uma visão de uma cidade mais justa. Incisivo por se estruturar em torno de um eixo central – compromisso com a vida e a sustentabilidade ambiental – capaz de se comunicar bem com a sociedade, transmitindo com clareza os objetivos a serem alcançados. Amplo por contemplar, a partir desse eixo, uma variedade de problemas acumulados pela cidade, tornando-se uma ferramenta de transformação da realidade social do município ao longo dos próximos 4 anos.

A economia solidária e geração de trabalho e renda são, assim, elementos essenciais nesse conjunto de medidas, o que implicará a coordenação dos espaços e das estruturas de fomento para estimular a criação da Rede de Economia Solidária – #EcoSol – e a formação de cooperativas de todos os campos de produção de bens materiais e imateriais, geração de renda, comércio solidário, ações solidárias e mutirões, promovendo a autonomia econômica de grupos, comunidades e territórios.

IX – Proteção da vida e da dignidade humana

A Administração Pública deve garantir que a vida em sociedade seja segura, solidária e democrática, promovendo tanto ações na qualificação do sistema e dos agentes de segurança para a garantia dos direitos humanos, quanto na cultura do respeito às diversidades e da defesa da vida.

Proteger a vida, especialmente das mulheres e dos jovens da periferia, e combater a violência por meio da iluminação e zeladoria dos espaços públicos; de atividades recreativas em escolas; do fim das abordagens abusivas contra a juventude das periferias e da qualificação das forças de segurança no combate ao racismo, à homofobia e ao feminicídio, identificando os fatores indutores de violência.

Revisão e reformulação dos cursos de formação e aperfeiçoamento do quadro da segurança municipal; estruturação do serviço de inteligência e criação dos observatórios municipais de direitos humanos e das violências, dos centros de atendimento às mulheres vítimas de violência, das redes de combate às violências, propiciar as condições estruturais para o centro de referência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e implantar política municipal da pessoa com deficiência.

X – Cidade Plural de todas as pessoas e gerações

A cidade plural e de todas as gerações pode e deve reconhecer a diversidade e aplicar as políticas transversais da infância e adolescência, das juventudes, das pessoas com deficiência, idosas e idosos, mulheres, LGBTQIAPN+, combate ao racismo e acolher e cuidar das pessoas em situação de rua.

Campinas deve ser território livre do machismo, da misoginia, da LGBTQIAPN+fobia, da violência de gênero, da violência doméstica, da exclusão social das mulheres, com um compromisso claro com diversidade e a promoção da igualdade em todas as dimensões das políticas públicas.

Tal como a desigualdade de gênero, o racismo a ser superado. É entre negras e negros, especialmente, entre as mulheres negras e entre jovens negras e negros, que se verificam os piores indicadores sociais, de desemprego, de desalento, de violência, inclusive policial, na cidade.

O racismo estrutural será enfrentado com políticas claras de igualdade racial e com o estudo de impacto de promoção de igualdade racial em cada política pública e decisão de governo, para uma cidade antirracista e inclusiva.

As mais de duas mil pessoas em situação de rua carecem de atenção especial atenção do poder público. O desenvolvimento de políticas públicas transversais promove a convivência entre pessoas, ampliando a interlocução do poder público com os cidadãos em espaços locais comunitários. Estas políticas públicas podem constituir caminhos de superação das diversas opressões, das várias violências, da exclusão e da desigualdade social, construir uma nova cultura inclusiva mobilizada pela ideia de que o bem viver deve ser uma possibilidade para todas as pessoas.

XI – Cidade Conectada, Criativa e Inovadora

As transformações em curso, em todos os aspectos da sociedade, colocam em patamar de direito inalienável o acesso pleno ao mundo digital. Uma gestão pública comprometida com os desafios do século XXI garante a cidadania digital para toda a população, em todos os territórios da cidade.

Vamos ressignificar o papel da IMA como empresa pública devendo assumir as atividades da tecnologia da informação e de promoção da tecnociência com as seguintes medidas: universalizar o acesso à internet de qualidade no território municipal, urbano e rural; criar fábrica de aplicativos (parceria entre a IMA e universidades) e desenvolver plataforma e aplicativo comunitários de entrega (“iCamp”), que humanize o trabalho dos entregadores por aplicativo e outros prestadores de serviço; levar Banda Larga de modo acessível a todas as pessoas.

Implementar o Centro Público de Tecnologia Social que agregará iniciativas no campo da Tecnologia Social, como as de capacitação e de desenvolvimento de tecnologia, que atendam às necessidades dos empreendimentos solidários, possibilitando o aproveitamento do potencial de indução da Economia Solidária - #EcoSol - além de apoiar as iniciativas de incubadoras e aceleradoras tecnológicas de empreendimentos solidários e implementar programas de apoio à Tecnologia Assistiva.

XII – Cultura que encanta e transforma

A Cultura deve ser uma prioridade de governo pela sua importância social, política e econômica. A gestão cultural deve ser pautada pela pluralidade, democracia, diversidade, solidariedade, pensamento crítico e contra a censura.

Políticas culturais são estratégicas para ensejar um ambiente de pluralidade ideológica, liberdade de expressão, igualdade de gênero, orientação sexual, raça e manifestação religiosa. Nossas políticas culturais devem ser uma afirmação das aspirações libertárias e progressistas dos movimentos sociais populares da cidade. É preciso refletir criticamente o patrimônio cultural material e imaterial, conciliando a nossa memória com a reflexão crítica sobre nosso passado, em uma perspectiva de futuro com justiça social, repensando o lugar, no imaginário social, de nossos monumentos de ode à escravidão que naturalizam o racismo estrutural.

Campinas é composta por uma ampla diversidade cultural, cabendo à administração pública do município reconhecer que a presença da cultura está em cada aspecto da vida e determina as relações entre todas e todos aqueles que vivem em nossa cidade. Deve ser prioridade da gestão pública promover políticas que preservem e valorizem em especial as culturas de matrizes africanas e indígenas, afirmando nosso compromisso em dar visibilidade para todas as contribuições que formaram o povo brasileiro, em especial aquelas que foram historicamente negadas pelo racismo e pelo eurocentrismo.

A política cultural deve ser o resultado de intensos debates com sujeitos sociais organizados em coletivos, movimentos e associações. Portanto, a cultura extrapola sua atuação, enquanto

manifestação e expressão, para se inserir como potencializadora por uma nova cultura política que visa transformar os modos de produzir os espaços da cidade.

XIII – Gestão Democrática e participação popular

Uma gestão democrática está intrinsicamente apoiada na participação popular, que deve ser estimulada, reconhecida e respeitada. O acesso amplo e transparente a todas as informações, o respeito ao cidadão e à cidadã, o trabalho de qualidade, a valorização da servidora e do servidor, a eficiente integração da gestão nas ações de governo são condições para que a administração municipal cumpra o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vamos implantar o Governo Aberto, uma plataforma tecnológica e modo de gestão que se baseia nos seguintes princípios: acesso à informação; participação popular cidadã; responsabilidade pública; novas tecnologias e inovação; e planejamento com base na participação direta da população, utilizando ferramentas de e-democracia.

Implantaremos o conceito de uma cidade humana, solidária, sustentável e inteligente, que aumentará a acessibilidade para pessoas com deficiência aos ambientes virtuais (sites) de governo, às tecnologias assistivas e aos equipamentos públicos, com atendimento em Libras.

Adotaremos a gestão pública ambientalmente responsável, com ações de adequação sócio-técnica-ambiental nas estruturas da Prefeitura, com redução de consumo de água, energia, combustíveis, materiais recicláveis e com incentivos para fontes alternativas e sustentáveis para seu suprimento.

A força de trabalho municipal, diminuída em mais de 2.000 pessoas, será recomposta pela admissão dos profissionais necessários à realização das políticas públicas. Promoveremos a realização de diagnóstico do quadro de pessoal e a retomada do debate participativo acerca da revisão das carreiras das servidoras e dos servidores públicos municipais. O sistema de formação e capacitação continuada será requalificado para incluir e articular as unidades temáticas de formação existentes.

Adotaremos programas de segurança, saúde e condições de trabalho do servidor. O CAMPREV – instituto de previdência do Município – será fortalecido com gestão eficaz, visando à garantia da proteção previdenciária de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Promoveremos a retomada do processo amplo de protagonismos da participação popular e do controle social. O Congresso Popular de Campinas será instalado já no primeiro ano de governo e o Orçamento Participativo – OP será retomado. Este Congresso, além de aprovar o Plano Plurianual Participativo (PPAP) do Governo, orientará as ações da Prefeitura pelos próximos anos.